

EXAME NACIONAL DE ACESSO À ADVOCACIA 2023

Prova Escrita

GRUPO I

QUESTÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL – (3,33 VALORES/ ou 16,66%)

1.1. As Autoridades Tradicionais são entidades que personificam e exercem o poder:

- a) No seio da organização política-comunitária local;
- b) No seio da respectiva organização política-comunitária tradicional;
- c) No seio da respectiva organização comunitária tradicional.

1.2. A organização das autarquias locais compreende:

- a) Uma Assembleia, um órgão executivo colegial e um Coordenador da Autarquia.
- b) Uma Assembleia legislativa, um órgão executivo colegial e um Presidente da Autarquia.
- c) Uma Assembleia, um órgão executivo colegial e um Presidente da Autarquia.

1.3. A iniciativa de revisão da Constituição compete:

- a) Ao Presidente da República ou a 1/3 dos Deputados à Assembleia Nacional em efectividade de funções.

- b) Ao Presidente da República, ao Presidente do Tribunal Constitucional ou a 1/3 dos Deputados à Assembleia Nacional em efectividade de funções.
- c) Ao Presidente da República, ao Procurador-Geral da República ou a 1/3 dos Deputados à Assembleia Nacional em efectividade de funções.

1.4. A Assembleia Nacional pode rever ordinariamente a Constituição:

- a) Decorridos 5 anos da sua entrada em vigor ou da última revisão extraordinária.
- b) Decorridos 5 anos da sua entrada em vigor ou da última revisão operada.
- c) Decorridos 5 anos da sua entrada em vigor ou da última revisão ordinária.

1.5. O Estado assegura às pessoas com insuficiência de meios financeiros mecanismos de defesa pública com vista à:

- a) Assistência Judiciária e ao patrocínio forense oficioso.
- b) Assistência Jurídica e ao patrocínio forense oficioso.
- c) Assistência Jurídica e ao patrocínio financeiro oficioso.

1.6. Compete ao Conselho Superior da Magistratura Judicial:

- a) Apreciar o mérito profissional dos magistrados judiciais e revogar as decisões judiciais.
- Propor a nomeação dos Juízes Conselheiros do Tribunal Supremo, sob indicação dos pares.
- b) Fazer a gestão do pessoal dos tribunais de jurisdição comum.

1.7. A jurisdição comum, encabeçada pelo Tribunal Supremo é integrada igualmente por:

- a) Tribunal Constitucional, Tribunal de Contas e o Supremo Tribunal Militar.
- b) Tribunais da Relação, Tribunais de Comarca e Tribunais Provinciais.
- c) Tribunais da Relação e outros Tribunais.

1.8. O Deputado perde o mandato sempre que:

- a) Exceda o número de 25 faltas por ano, nos termos da lei.
- b) Filie-se em partido diferente daquele por cuja lista foi eleito.
- c) Fique abrangido por algumas das incapacidades determinadas pelo partido político.

1.9. São considerados válidos e irreversíveis os efeitos jurídicos da amnistia:

- a) Praticados ao abrigo da Constituição e da Lei.
- b) Praticados ao abrigo da lei e do costume.
- c) Praticados ao abrigo da lei competente.

1.10. Compete à Ordem dos Advogados a Assistência Jurídica, o acesso ao direito e o patrocínio forense em:

- a) Todos os graus de jurisdição, incluindo os tribunais de comarca.
- b) Todos os graus de jurisdição, salvo nos tribunais de comarca
- c) Todos os graus de jurisdição.

GRUPO II

Questões de Direito Civil – (3,33 VALORES/ ou 16,66%)

2.1. O Direito é um instrumento para a realização da justiça. Assinale a alternativa correcta:

a) As leis são justas quando concretizam a ideia de Direito;

b) As leis são sempre justas;

c) A lei e o Direito são realidades antagónicas.

2.2. As leis dispõem em princípio:

a) Para o futuro;

b) Para o passado;

c) Para o momento da sua publicação.

2.3. Lulu vendeu a Maíza, por escrito particular, 500 gramas de estupefacientes:

a) O acto é nulo;

b) O acto é inexistente;

c) O acto é anulável.

2.4. Mayamba vendeu a Lembinha, por simples acordo, um colar valiosíssimo:

a) O acto será válido desde que Lembinha proceda ao seu registo;

b) O acto padece de uma nulidade insanável;

c) O acto é válido.

2.5. António e Berlito celebraram um contrato tendo fixado o conteúdo da prestação debitória, de acordo com as respectivas vontades.

a) O contrato é nulo por ser *contra legem*;

b) O contrato é válido por ser *ex voluntate*;

c) O contrato é inexistente.

2.6. Joana, obrigada por um contrato, a entregar uma motorizada à Hossi, entregou no lugar desta um iPhone de valor igual ao da motorizada. *Quid Iuris?*

a) A obrigação mantém-se, pois foi prestado uma coisa diversa da acordada pelas Partes;

b) A obrigação extingue-se, caso, Hossi consinta com a substituição da coisa acordada;

c) As Partes não podem alterar o objecto do Contrato, salvo se celebrarem novo acordo.

2.7. Nvula obrigou-se, por meio de um contrato celebrado em 2020, a vender à Jéssica, até Dezembro de 2022, o seu automóvel, XPTO. Considerando que Jéssica pagou preço correspondente ao valor do automóvel, não obstante Nvula recusar-se a vender a viatura:

a) Jéssica pode considerar-se proprietária;

b) Jéssica não possui nenhum direito real sobre o automóvel;

c) Jéssica adquiriu apenas a posse.

2.8. Kelson, casado com Helga, mantém uma relação amorosa com Lana há mais de três anos. Por este facto, pretende formalizar a sua relação com Lana, nos termos da Lei. *Quid Iuris?*

a) É possível, aplicando-se o instituto da união de facto;

b) Não é possível a aplicação da união de facto;

c) Poderão casar-se nos termos da lei.

2.9. João, menor de 7 anos, foi lhe deferido um bem por herança. *Quid iuris?*

a) O acto é anulável devido a menoridade;

b) O acto é válido;

c) O acto é inexistente.

2.10. No nosso ordenamento jurídico, as pessoas colectivas têm capacidade sucessória?

a) Apenas na sucessão legal;

b) Na sucessão testamentária;

c) Na sucessão contratual

GRUPO III

Questões de Direito Processual Civil – (3,33 VALORES/ ou 16,66%)

3.1. Tenha em consideração os seguintes factos:

No mês de Outubro de 2022, Bernardo Nicolau instaurou contra Carlos Gonçalves, no Tribunal da Comarca de Buco Zau, uma acção de Reivindicação de um bem imóvel avaliado em AKZ 90 000,00.

Cumpridos todos os trâmites processuais previstos na lei, foi proferida sentença, tendo Carlos decaído parcialmente na acção.

Inconformado, Carlos decidiu recorrer da decisão.

Qual é o Tribunal hierarquicamente competente para conhecer do recurso que Carlos pretende interpor?

a) É competente para conhecer do recurso o Tribunal da Comarca de Cabinda.

- b) É competente para conhecer do recurso o Tribunal da Relação de Benguela.
- c) É competente para conhecer do recurso o Tribunal da Relação do Uíge.
- d) É competente para conhecer do recurso o Tribunal da Relação de Saurimo.
- e) É competente para conhecer do recurso o Tribunal da Relação de Luanda.
- f) É competente para conhecer do recurso o Tribunal da Relação da Huíla.
- g) É competente para conhecer do recurso o Tribunal Supremo.

3.2. Tendo igualmente por referência os factos indicados em 1, qual seria a forma do processo adequada?

- a) A forma do processo adequada seria o processo sumaríssimo visto que o valor da causa é superior a AKZ 704 062,00.
- b) A forma do processo adequada seria o processo sumaríssimo visto que o valor da causa é superior a AKZ 704 062,00 e a acção destina-se a entrega de coisa certa.
- c) A forma do processo adequada seria o processo sumário visto que o valor da causa é superior a AKZ 3 000 081,00.
- d) A forma do processo adequada seria o processo sumário visto que o valor da causa é superior a AKZ 3 000 081,00 e a acção destina-se a entrega de coisa certa.
- e) A forma do processo adequada seria o processo ordinário visto que o valor da causa é superior a AKZ 6 160 001,00.
- f) A forma do processo adequada seria o processo ordinário visto que o valor da causa é superior a AKZ 6 160 001,00 e a acção destina-se a entrega de coisa certa.

3.3. “Para efeitos de aplicação das leis processuais no tempo e no que aos recursos concerne, é ponto assente que a nova lei que admita recurso de decisões que anteriormente o não comportavam deve aplicar-se às decisões já proferidas à data da sua entrada em vigor.”

A afirmação precedente é:

a) Verdadeira

b) Falsa.

3.4. Davi Monteiro intentou, no dia 1 de Março de 2023, uma acção declarativa de condenação em processo comum sob a forma sumária, contra Maria do Carmo, João Manuel, Francisco Joaquim e Gustavo Santana.

Maria do Carmo foi citada no dia 9 de Março, João Manuel foi citado no dia 13 de Março, Francisco Joaquim foi citado no dia 17 de Março e Gustavo Santana foi citado no dia 21 de Março.

Suponha que é mandatário judicial de João Manuel.

Até que data poderia apresentar a contestação?

a) Poderia apresentar a contestação até ao dia 20 de Março de 2023.

b) Poderia apresentar a contestação até ao dia 29 de Março de 2023.

c) Poderia apresentar a contestação até ao dia 23 de Março de 2023.

d) Poderia apresentar a contestação até ao dia 5 de Abril de 2023.

e) Poderia apresentar a contestação até ao dia 27 de Março de 2023.

f) Poderia apresentar a contestação até ao dia 6 de Abril de 2023.

g) Poderia apresentar a contestação até ao dia 31 de Março de 2023.

h) Poderia apresentar a contestação até ao dia 10 de Abril de 2023.

3.5. Suponha que o litígio referido na questão 3.4 tenha cumprido todos os trâmites processuais previsto na lei e, realizada a audiência de discussão e julgamento e em face da prova produzida, formou-se no espírito do julgador mais dúvidas que certezas quanto a veracidade de alguns dos factos alegados pelo autor.

No entanto, relativamente a um quesito determinado, uma das testemunhas apresentadas por Francisco Joaquim prestou um depoimento esclarecido, indicando com precisão a razão de ciência, e em sentido favorável à versão dos factos apresentadas pela contraparte.

Poderá o juiz relevar tal depoimento relativamente aquele quesito?

a) Não. O juiz deve abster-se de julgar.

b) Não, pois que, a dúvida sobre a realidade de um facto resolve-se contra a parte a quem o facto aproveita.

c) Sim, pois que, a dúvida sobre a realidade de um facto resolve-se contra a parte a quem o facto aproveita.

d) Não, pois que, o Tribunal deve tomar em consideração toda a prova produzida.

e) Sim, pois que, o Tribunal deve tomar em consideração toda a prova produzida.

3.6. João Maria Pedro propôs uma acção declarativa em processo comum sob a forma ordinária contra Vasco Valente.

Finda a fase dos articulados e realizada audiência preparatória, foi proferido despacho saneador com especificação e questionário. Do referido despacho foram as partes devidamente notificadas no dia 15 de Março de 2023.

Inconformados, pretendem autor e réu reclamar não só contra a especificação e o questionário, como recorrer do despacho saneador.

Quando poderiam as partes recorrer do despacho saneador?

- a) Havendo reclamações, o prazo para interposição de recurso começaria a contar-se a partir da data da notificação do despacho saneador com especificação e questionário.
- b) Havendo reclamações, o prazo para interposição de recurso começaria a contar-se a partir da data da notificação do despacho que as decidisse.
- c) Havendo reclamações, o prazo para interposição de recurso começaria a contar-se a partir da data da notificação às partes para responderem às reclamações.

3.7. *“Dizem-se materiais as excepções que se fundam em quaisquer faltas ou vicissitudes próprias da relação substantiva e, podem ser dilatórias quando, por virtude delas, o direito do autor não existe ou não é exercitável no momento em que a decisão é proferida, por falta de algum requisito material, mas pode vir a existir ou a ser exercitável mais tarde.”*

A afirmação precedente é:

- a) Verdadeira;
- b) Falsa.

3.8. Pressuponha que é mandatário judicial do autor nuns autos de acção declarativa, em processo comum, em que proferida a sentença e dela notificado o autor, entenda que os fundamentos estão em ostensiva oposição com a decisão.

Poderia arguir o circunstancialismo descrito perante o tribunal que proferiu a sentença?

- a) Sim, poderia fazê-lo desde que o dirija ao juiz que proferiu a sentença.
- b) Sim, poderia fazê-lo visto destinar-se unicamente a reforma da sentença.
- c) Sim, poderia fazê-lo desde que a sentença não admita recurso ordinário.
- d) Sim, poderia fazê-lo desde que a sentença não admita recurso extraordinário.

3.9. *“Ao lado da excepção de caso julgado, assente sobre a decisão de natureza adjectiva proferida num processo anterior, há uma excepção de caso julgado, baseada em decisão anterior proferida sobre a relação processual. A primeira figura dá-se o nome de caso julgado material.”*

A afirmação precedente é:

- a) Verdadeira;
- b) Falsa.

3.10. No que respeita à sentença proferida no tribunal de 1.^a instância, relativamente ao conhecimento do objecto da apelação, a regra adoptada pela lei processual civil vigente radica:

- a) No sistema homogéneo.
- b) No sistema heterogéneo.
- c) No sistema de cassação.
- d) No sistema de substituição.

GRUPO IV

Questões de Direito Penal - (3,33 VALORES/ ou 16,66%)

4.1. Um crime voluntário cometido em nome e benefício de uma pessoa colectiva gera responsabilidade penal:

- a) Da pessoa colectiva.
- b) Da pessoa colectiva e do indivíduo que actuou.
- c) Do indivíduo que actuou.

4.2. Os actos não domináveis pela vontade do agente são puníveis:

- a) Sempre.
- b) Em determinadas circunstâncias.
- c) Nunca.

4.3. São reacções criminais consagradas no Código Penal Angolano:

- a) As Penas e as Indemnizações.
- b) As Medidas de Segurança e as Multas.
- c) As Penas e as Medidas de Segurança

4.4. No Direito angolano, o “cúmulo jurídico” é aplicável às situações de:

- a) Reincidência.
- b) Concurso de infracções.
- c) Crime continuado.

4.5. A Acção, enquanto elemento da Infracção criminal, é:

- a) Uma conduta humana e voluntária.
- b) Uma conduta humana involuntária.
- c) Uma conduta humana ou uma ocorrência natural.

4.6. Por força da entrada em vigor do *novo* Código Penal Angolano (CPA), o Código Penal de 1886 é:

- a) Aplicável a todos os factos ocorridos até à entrada em vigor do CPA.
- b) Aplicável a alguns factos ocorridos até à entrada em vigor do CPA.
- c) Aplicável a alguns factos ocorridos após à entrada em vigor do CPA.

4.7. A afirmação “*Não há responsabilidade penal sem dolo ou negligência.*” está:

- a) Incorrecta.
- b) Correcta.
- c) Parcialmente correcta.

4.8. A *descriminalização* é:

- a) Causa de extinção da responsabilidade criminal.
- b) Causa de prescrição do procedimento criminal.
- c) Causa de atenuação da responsabilidade criminal.

4.9. A pessoa que em legítima defesa pratique uma ofensa à integridade física de outrem é:

a) Absolvida.

b) Condenada.

c) Condenada de modo atenuado.

4.10. O indivíduo de 20 anos de idade que agrida sexualmente uma pessoa:

a) É criminalmente responsabilizável.

b) Não é criminalmente responsabilizável.

c) É criminalmente responsabilizável, com atenuação sancionatória.

GRUPO V

Questões de Processo Penal - (3,33 VALORES/ ou 16,66%)

5.1. As Garantias do processo penal ou criminal assentam:

a) Na aplicação imediata da nova Lei Penal a todos os processos em curso;

b) Na não detenção, prisão ou submissão à julgamento, nos termos da lei;

c) Aplicação da Lei Processual Penal apenas aos casos instaurados após ao início da sua vigência.

5.2. O direito à providência de *habeas corpus* assiste:

a) Aos que se virem privados dos seus bens em decorrência de apropriação pública;

b) Aos cidadãos angolanos que forem extraditados do território nacional;

- c) Aos que se virem privados de liberdade em virtude de prisão ou detenção ilegal por abuso de poder.

5.3. Qual das descrições infra indicadas constitui direito dos detidos e presos?

- a) Responder com verdade às perguntas que lhe forem feitas sobre os factos;
- b) Consultar advogado antes de prestar quaisquer declarações;
- c) Não se apresentar na hora e local designados, às autoridades que, nos termos da lei, tiverem notificado ou convocado;

5.4. A privação da liberdade só é permitida:

- a) Nas condições ou casos determinados pelas autoridades ou poder tradicional;
- b) Nos casos ou condições determinadas pelas autoridades administrativas independentes;
- c) Nos casos e condições determinados por lei.

5.5. Dentre as formas de processo penal abaixo referidas, indique qual deles é comum:

- a) Processo sumário, abreviado, de contravenções;
- b) O processo comum de julgamento em 1.ª instância no Tribunal Supremo;
- c) O processo comum.

5.6. A Instrução Contraditória tem por finalidade:

- a) Uma decisão judicial que confirme o Despacho de Pronúncia;
- b) Uma decisão judicial que confirme ou infirme o Despacho de Acusação;
- c) Uma decisão judicial que confirme a conformidade do Julgamento;

5.7. São deveres processuais do arguido em especial?

- a) Responder com verdade às perguntas sobre os factos que lhe são imputados;
- b) Não responder às questões sobre a sua identidade e sobre os seus antecedentes criminais;
- c) Não perturbar a instrução e o normal desenvolvimento do processo.

5.8. A audiência preliminar contraditória tem por finalidade:

- a) O apuramento dos indícios de facto que justifiquem ou não a submissão do arguido a julgamento;
- b) O apuramento dos indícios para absolvição do arguido;
- c) A obtenção de uma decisão que confirme a conformidade do julgamento.

5.9. Em processo penal são recursos ordinários?

- a) O Recurso de Revisão
- b) Os Recursos para os Tribunais da Relação.
- c) O Recurso de Cassação.

5.10. Durante a fase de instrução preparatória, cabe ao juiz de garantias do Tribunal territorialmente competente?

- a) Recolher o juramento das testemunhas, peritos e interpretes;
- b) Proceder ao primeiro interrogatório judicial do arguido detido;
- c) Proceder ao interrogatório preliminar do detido, aos interrogatórios subsequentes de arguidos presos e interrogatórios de arguidos em liberdade.

GRUPO VI

QUESTÕES DE ÉTICA E DEONTOLOGIA PROFISSIONAL DA ADVOCACIA -

(3,33 VALORES/ ou 16,66%)

6.1. No âmbito da administração da justiça, a advocacia é uma instituição considerada:

- a) Instituição Auxiliar à administração da justiça;
- b) Instituição essencial à administração da justiça;
- c) Instituição coadjutora à administração da justiça.

6.2. No âmbito de um patrocínio judiciário contra advogados, o advogado deve:

- a) Previamente comunicar por escrito à Ordem dos Advogados de Angola;
- b) Previamente comunicar ao advogado visado o nome do seu constituinte ou representado;
- c) Previamente comunicar por escrito ao advogado visado a sua intenção, com explicações que entenda necessárias.

6.3. A Independência e isenção do Advogado proíbe-lhe:

- a) De consultar ou pedir opiniões a outros advogados no exercício da profissão;
- b) Proceder com maior correcção e urbanidade com os outros advogados ou magistrados;
- c) Exercer outras profissões que limitem ou que se mostrem incompatíveis com o exercício da advocacia e colaborar com profissões que redundem nessa limitação ou incompatibilidade.

6.4. Os Advogados estão impedidos de exercer patrocínio em processos contra o

Estado:

- a) Quando sejam Deputados à Assembleia Nacional;
- b) Quando sejam Directores de Gabinetes Jurídicos das empresas públicas;
- c) Quando sejam membros dos órgãos sociais de direcção da Ordem dos Advogados.

6.5. A quem deve ser feita a recusa justificada de patrocínio officioso pelo advogado?

- a) Perante o Bastonário e Presidentes dos Conselhos Provinciais da OAA;
- b) Perante as autoridades administrativas competentes;
- c) Perante o Juiz da Causa.

6.6. As regras do Código de Ética e Deontologia Profissional aplicam-se:

- a) Aos Advogados e Candidatos a Estágio;
- b) Aos Advogados e Estagiários inscritos na OAA;
- c) Aos Advogados e Estagiários.

6.7. A relação entre o cliente e o seu advogado baseia-se na confiança. Por isso:

- a) Exige deste uma actuação íntegra, que seja honrada, leal e diligente;
- b) Exige deste uma actuação íntegra, que seja honrada, leal e justa;
- c) Exige deste uma conduta profissional íntegra, que seja honrada, leal e diligente.

6.8. Os advogados estão impedidos de exercer o patrocínio:

- a) Quando o seu ascendente for juiz, nos processos em que for chamado a intervir;
- b) Quando o seu ascendente for juiz, nos processos da sua jurisdição;
- c) Quando o seu ascendente for juiz, nos processos que não for chamado a intervir.

6.9. É vedado ao advogado:

- a) Utilizar meios ou conteúdos a favor da dignidade das pessoas, da advocacia e da justiça;
- b) Incitar genérica ou concretamente à litigância e ao conflito positivo;
- c) Revelar situações que afectem a sua independência.

6.10. Os Advogados devem, nas suas relações, manter:

- a) Recíproca lealdade, respeito e solidariedade;
- b) Recíproca lealdade, respeito e companheirismo;
- c) Recíproca lealdade, respeito e cordialidade.